



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

CONSELHO DE MINISTROS

SÚMULA DA REUNIÃO DE 14 DE FEVEREIRO DE 1975

Fundação Cuidar o Futuro  
Presentes todos os Ministros, à exceção dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Justiça, substituídos respectivamente pelos Secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Justiça. Presentes ainda os Secretários de Estado da Agricultura e da Segurança Social.

ORDEM DO DIA

1. Apreciação da sùmula de 7 de Janeiro de 1975

A sùmula em referència foi aprovada com as seguintes alterações:

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 2 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*

na pág. 11, linhas 15/16, onde se lê

"serem aqueles .....lutaram"

deve ler-se

"serem aqueles que nos tempos do fascis-  
mo mais lutaram pela liberdade sindical"

na pág. 16, linha 10, deve acrescentar-se:

"V.G.: regresso de emigrantes, de milita-  
res descolonizados, etc."

na pág. 19, linha 1, deve acrescentar-se

"em especial no domínio dos custos, o que  
nos pode levar a problemas orçamentais gra-  
ves."

na pág. 33, linha 5, onde se lê

"salientou ..... como a"

deve ler-se

"salientou a forma como a"

2. Apreciação da proposta sobre critérios económicos para a intervenção em empresas nos termos do Decreto-Lei nº 660/74 e do projecto de decreto-lei que cria a Comissão de Intervenção e Assistência a Empresas.

Aos projectos em epígrafe tinha sido junto um projecto de decreto-lei com vista a suspender as acções emergentes de direitos de crédito contra as empresas

*Gabinete do Primeiro Ministro*

assistidas pelo Estado nos termos do Decreto-Lei nº 660/74, estabelecer privilégios creditórios relativamente ao montante dos financiamentos e atribuir ao Estado o poder de requerer o arrolamento e a apreensão judicial dos bens penhoráveis dos membros dos corpos sociais suspensos.

Este último projecto ficou, porém, sem efeito, pois será completado por outro projecto que cobre todos os aspectos neste previstos e mais os aspectos penais neste não contemplados.

Quanto aos outros dois, o Ministro da Economia disse terem sido elaborados na sequência de uma deliberação já tomada em Conselho.

Vêm a Conselho como base de trabalho que poderá ser enriquecida com a experiência de outros Ministérios.

Do 1º documento pode resultar uma resolução ou instruções internas.

O 2º documento tem em vista a criação de um instrumento permanente e habilitado para realizar os inquéritos que agora se realizam ad hoc, fiscalizar a utilização dos financiamentos e a intervenção do Estado na gestão.

Relativamente ao projecto, há correcções de forma evidentes que poderão ser aduzidas depois de feita a discussão na generalidade.

Não se aplicará às empresas que já têm regime próprio - bancos e companhias de seguros.



*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro da Coordenação Interterritorial acha que não se deve excluir a apresentação à falência com ou sem acordo de credores.

O Ministro da Economia acha que esse aspecto é de considerar na revisão do decreto-lei nº 660/74.

O Ministro Álvaro Cunhal teme que estes diplomas tirem eficácia ao Decreto-Lei nº 660/74.

Salientou que não se referem as causas das dificuldades das empresas em falência ou em vias de falência, muitas vezes estranhas às leis económicas, tais como desvios ilícitos e até delituosos.

Por outro lado, é completamente ignorado o papel dos trabalhadores na reanimação das empresas.

A Ministra dos Assuntos Sociais, quanto aos critérios económicos, não acha suficientemente claro um problema de fundo que é a própria natureza da actividade que a empresa realiza, e salienta que muitos problemas surgem de uma não adequação das empresas a um mercado muito pequeno e ausência de competitividade no plano externo.

A possibilidade de fusão, agrupamento, etc., aparece-lhe pois como prioritária em relação a outros instrumentos aqui presentes (artº 3º nº 1 )



O Ministro Vitor Alves teme que se venha a consi-  
gnar a auto-gestão em empresas sem viabilidade, o  
que pode levar ao caos económico.

Pensa que o que é preciso é redimensionar a econo-  
mia nacional.

Quanto à sabotagem económica, só existe onde é viá-  
vel.

O Ministro da Economia acha que um dos pontos la-  
cunares no projecto é a falta de referência à in-  
tervenção dos trabalhadores.

A este respeito tem duas ideias: audição dos traba-  
lhadores antes da decisão de intervir; e possibili-  
dade de inclusão de um trabalhador da empresa no  
corpo de gestores que o Estado nomeie.

Os trabalhadores transmitiriam o seu conhecimento  
da situação a quem vem de novo e haveria maior coe-  
são no interior das empresas.

Julga que estas medidas estarão de acordo com o que  
ficou consignado no plano económico.

Quanto à autogestão, pensa que está afastada do me-  
canismo do decreto-lei nº660/74.

O Ministro Álvaro Cunhal acha que interessa subli-  
nhar que muitas empresas abandonadas pelas adminis-  
trações se mantêm ainda em vida porque estão os  
trabalhadores a defendê-las, e que muitas vezes os  
trabalhadores conhecem melhor as empresas que os  
patrões.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Não é a autogestão ou a cogestão que defende. Mas entende que é preciso ter em conta as realidades e não estar apegado a conceitos teóricos, pois não se trata de definir um sistema. O que acontece é que em muitos casos há necessidade de intervenção rápida que exige o apoio dos trabalhadores.

Pensa que o projecto devia prever a participação dos trabalhadores nos órgãos que cria, pois a sua participação é indispensável desde o início do processo, como factor vivo, além da dos técnicos dos Ministérios.

O Ministro Vitor Alves concorda que não nos servem esquemas rígidos como autogestão ou cogestão. O que não lhe parece correcto é a intervenção generalizada do decreto-lei nº660/74, pois em muitos casos interessa redimensionar e em muitos outros acabar com a empresa.

O Ministro da Economia, quanto à participação dos trabalhadores na própria Comissão, acha que deverá ser assegurada por representantes das organizações sindicais.

As outras intervenções a que antes se referiu eram para cada caso.



*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro Magalhães Mota acha que utilizar os recursos sem critério cria situações de flagrante desigualdade, porque se intervem em relação a um certo número de empresas de um sector que tem muitas mais, e faz naturalmente com que também os pedidos não tenham qualquer espécie de critério.

É preciso ver quais as intervenções que devem ser efectuadas.

Analisando os critérios económicos e sociais para a intervenção nas empresas falidas com e sem viabilidade económica, pensa que haveria que estabelecer como se verifica a situação de falência, e conviria que o estudo da viabilidade económica fosse feito com algum rigor para que não se multiplicassem as injecções financeiras.

O mesmo dirá em matéria de reconversão das empresas.

E parece-lhe necessário que se torne muito claro que o Estado não tem recursos ilimitados e por isso a sua intervenção tem de ser feita com prioridades e com critérios.

Manter empresas a funcionar como subsídio de desemprego, parece-lhe a forma mais cara de resolver o problema do emprego.

O Secretário de Estado da Justiça acha que é contraditório não dar ao organismo a faculdade de decidir a intervenção e atribuir-lhe um fundo de intervenção.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 8 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro da Economia salientou que falta no diploma a definição precisa do Conselho Directivo e do Conselho Consultivo.

Relativamente ao Fundo, o que será privilégio da Comissão é a possibilidade de se instalar e viver. Quanto à intervenção, terá a possibilidade de conceder avales dentro de determinado limite, mediante fundos a conceder pelas instituições financeiras. A contradição apontada é na verdade um dos defeitos do projecto.

O Secretário de Estado da Justiça disse que os socialistas são partidários da autogestão nas empresas em regime socialista, não em regime quando muito de transição, misto, de coexistência do sector público com o sector privado, para mais num período de crise económica que não é só portuguesa.

Neste momento em Portugal têm de se acomodar a viver em economia mista e assim, nesta fase, são partidários da ascensão dos trabalhadores à participação nas empresas contra a ideia de que tudo é sabotagem económica por parte do sector privado, que é preciso deixar sobreviver, visto que é ainda necessário, procurando controlá-lo e fazer com que possa viver segundo as suas leis próprias.

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 9 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Concorda, pois, que deve ser reconhecido que os trabalhadores devem intervir, ser ouvidos, ser associados à própria responsabilidade da empresa, o que favorece a sua consciência política, a sua responsabilidade, a sua ascensão.

Também acha que deve ser introduzido na Comissão um representante das organizações sindicais, talvez escolhido por elas próprias.

Quanto aos critérios económicos e sociais, no ponto relativo às empresas falidas com viabilidade económica no quadro actual, parece-lhe que a solução não é exclusivamente financeira, mas também ao nível da gestão.

Fundação Cuidar o Futuro

Está de acordo com a sugestão do Ministro da Coordenação Interterritorial.

O Ministro da Economia explicou e justificou as propostas, com as quais se quis evitar soluções casuísticas e apressadas que conduzem a situações de injustiça social e geral, reconhecendo que há na verdade muitos casos em que será preferível encerrar a empresa e encaminhar os trabalhadores para outras actividades.

O Secretário de Estado da Segurança Social pensa que a estrutura proposta está longe da realidade actual portuguesa e que seria preciso arranjar um sistema mais operacional.



O Ministro da Coordenação Interterritorial desenvolveu a ideia que inicialmente expusera.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente está de acordo com a publicação de um diploma como este. Acha que a participação dos trabalhadores na empresa é necessária à sua viabilidade, mas reconhece que a intervenção dos trabalhadores nem sempre tem tido são como objectivo o saneamento da empresa sob o ponto de vista da sua viabilidade e da sua economia. Pensa que as forças políticas podem exercer uma acção importante quanto a este aspecto.

## Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro das Finanças acha o diploma bastante importante para permitir sistematizar as intervenções do Estado no âmbito do Decreto-Lei nº 660/74, ao qual não lhe parece que tire força.

Quanto ao aval falará fora da ordem do dia.

Quanto à responsabilidade dos culpados será tratada com rigor no diploma em preparação de que o Ministro da Economia falou.

O Primeiro Ministro salientou que terão muita importância as pessoas que constituírem a Comissão que se prevê.

Concorda com o que disse o Ministro da Economia.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Pede especial atenção para que os critérios econô-  
micos procurem cobrir todas as alíneas do nº 2 do  
artº 1º do Decreto-Lei nº 660/74.

Considera a reconversão um problema muito impor-  
tante.

Considera fundamental a contribuição dos trabalha-  
dores e das associações patronais interessadas em  
colaborar neste processo.

Os recursos do Estado são na verdade muito limitados.  
Acha também que merece atenção a proposta do Minis-  
tro da Coordenação Interterritorial, pois lhe pare-  
ce que considerar a hipótese da falência nos ter-  
mos propostos seria muito clarificador do processo  
e talvez resolvesse até problemas posteriores.  
Não se pode prever tudo. O que é preciso é analisar  
os problemas a cada instante, tirando quotidiana-  
mente da experiência regras não rígidas para os  
resolver.

Também pensa que as forças políticas podem evitar  
lutas no seio das empresas.

Julga que foram levantados todos os problemas que  
este diploma punha e feita uma análise séria. Há  
bastante material para a reformulação.

O Ministro da Economia refundirá o diploma de acordo  
com a discussão .



O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros propôs ainda que se definisse a expressão "quadro actual" constante dos critérios económicos e sociais, de modo a que na resolução do Conselho ele aparecesse relacionado com o programa económico.

O Secretário de Estado da Justiça salientou a conveniência de juntar estes diplomas com o diploma complementar referido no início deste ponto para serem discutidos na especialidade.

## Fundação Cuidar o Futuro

3. Apreciação da proposta de nomeação de António Jorge Duarte Silva para Administrador do BIP

O Conselho não se considerou suficientemente informado, pelo que deliberou rever esta proposta oportunamente.

4. Apreciação do projecto de diploma sobre arrendamento rural

O Ministro Vitor Alves perguntou se a aprovação na generalidade concedida ao projecto inicial se mantinha em face das alterações introduzidas com a discussão pública.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro da Economia salientou que este projecto representa um avanço bastante grande em relação ao texto anterior.

O Ministro da Administração Interna pôs o problema da applicabilidade do diploma aos Açores e Madeira.

O Ministro Melo Antunes perguntou se foi considerada a possibilidade de os proprietários optarem pela exploração directa da terra desde que estivessem em condições jurídicas de prescindir do arrendamento.

Fundação Cuidar o Futuro  
O Ministro da Economia, referiu que o diploma não prevê o arrendamento dos perímetros regados, o que talvez pudesse ser encarado, remetendo-se embora esse aspecto para um diploma especial.

Os Ministros da Administração Interna e dos Assuntos Sociais perguntaram ainda se o I.R.A. tem possibilidades de assumir este grande encargo.

O Secretário de Estado da Agricultura obteve informação de que o projecto é adequado aos Açores e Madeira e por isso se lhes aplica. De qualquer modo, se for necessário, altera-se.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Quanto a despedimento dos rendeiros, há já decisão do Conselho que determina que ele não seja possível.

Defendeu este ponto de vista, e acha que, tirando casos restritos, a solução oposta seria mais injusta.

Julga que o decreto contempla o problema do arrendamento nos perímetros de regadio, mas admite que possam por-se aspectos específicos.

Quanto à capacidade do I.R.A., crê que é a capacidade de tudo aquilo que existe em serviços que é preciso ir ajustando ao que se pretende realizar.

O Ministro Magalhães Mota gostaria de saber o que presidiu às grandes alterações em relação à versão inicial.

Não lhe parece que o I.R.A. tenha capacidade para as funções que lhe são atribuídas. Crê que devem abrir-se excepções para a Madeira e Açores, cuja situação económica e social precisa de especialidade na aplicação de um diploma desta natureza.

Por último, acha que o diploma é colocado perante o confronto com o seu extenso preâmbulo, com considerações que excedem em muito o articulado e podem causar dificuldades de interpretação.

O Ministro Álvaro Cunhal, quanto à alternativa entre de nência do arrendamento pelos senhorios ou permanência dos rendeiros, não crê que aqueles se mostrem muito dispostos a cultivar directamente. Mas muitos proprietários procurariam denunciar arrendamentos, não para explorarem directamente a terra, mas para se libertarem dos rendeiros.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Problema que lhe parece agudo é o dos direitos dos rendeiros que ao longo de muitos anos transformaram completamente as terras. Acha por isso que não devia ser permitida a denúncia quando os rendeiros explorassem a terra há muitos anos.

Quanto ao preâmbulo, concorda com o Ministro Magalhães Mota.

Salientou que algumas das alterações feitas, são vantajosas, como a possibilidade para os rendeiros de pagar em alguns casos em gêneros. E pensa que o diploma vai responder a muitos problemas urgentes.

Quanto ao I.R.A., também tem dúvidas de que possa funcionar no imediato com atribuições tão ambiciosas.

## Fundação Cuidar o Futuro

O Secretário de Estado da Agricultura, quanto às alterações, disse que as sugestões foram consideradas qualitativamente, na medida em que pudessem contribuir para uma mais progressiva exploração da terra.

Referiu-se com certo optimismo à capacidade do I.R.A. para resolver os problemas que este diploma lhe põe. Quanto ao preâmbulo, concorda que se reduza.

Quanto à possibilidade de denuncia pelo senhorio, julga que é legítima depois de 18 anos, se não causar prejuizo à subsistência do rendeiro, como no diploma se prevê.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro da Economia, quanto ao problema da capacidade dos serviços, pensa que há um aspecto que deve ser ponderado, que é o de não comprometer por falta de capacidade dos serviços o que a lei estabelece.

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros criticou o preâmbulo, que entende que deve ser reduzido e esquematizado.

As observações na especialidade serão enviadas ao Secretário de Estado da Agricultura, que reformulará o projecto com o Ministro da Coordenação Interterritorial e o distribuirá por todos os Ministros na segunda-feira, por forma a ser apreciado na quarta-feira, na próxima reunião do Conselho.

O Ministro Álvaro Cunhal propôs a questão de fundo de que nos arrendamentos sucessivos, mesmo ao fim de 18 anos, fosse dada ao rendeiro opção no caso de ter feito determinadas benfeitorias, podendo estabelecer-se um limite máximo à propriedade.

5. Apreciação do projecto de diploma sobre planos de exploração.

O Secretário de Estado da Justiça referiu que não há qualquer referência ao destino a dar às explorações.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Por outro lado, este diploma é um instrumento de intervenção e parece de certo modo punitivo, sem contrapartida em medidas estimulantes de apoio, tais como facilidades de crédito, colocação de produtos, etc.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente acha que o I.R.A. não tem conhecimento técnico nem número de técnicos suficiente para levar a cabo em todo o País o que se projecta.

A Ministra dos Assuntos Sociais pensa que a área pode não dar ideia da grandeza real da exploração.

Por outro lado, criticou a concepção do Estado como estrutura que pode actuar em todas as circunstâncias e cujas intervenções são sempre perfeitas. Pensa, pois, que seria importante inserir mais explicitamente a necessidade de os planos micro-económicos da exploração agrícola serem inseridos em planos macro-económicos da responsabilidade do Estado e atribuir aos poderes públicos, através dos seus organismos, a capacidade de errar e aos particulares a possibilidade de pedirem indemnização pelos erros cometidos pelo Estado.

O Ministro Magalhães Motá reafirmou as suas dúvidas quanto à viabilidade deste tipo de planos, fazendo, inclusivamente, em relação a este diploma, reserva de Partido para os fins convenientes.



*Subsidi do Primeiro Ministro*

O Ministro da Economia, em face das dúvidas quanto à capacidade de a máquina existente responder às responsabilidades atribuídas, pensa que talvez se pudessem enfrentar se a intervenção do Instituto não fosse de aplicação universal.

Por outro lado, tem dúvidas sobre se o critério da área é o mais adequado a determinar o que é uma grande exploração agrícola. E uma vez que a produção agrícola, que é o que está em causa, não pode ser avaliada apenas pela área, admite que uma das críticas mais imediatas seja esta.

O Secretário de Estado da Agricultura pensa que só esse critério possibilita através deste diploma a intervenção no latifúndio, que foi aprovada pelo Conselho e aguarda no Alentejo.

Por outro lado, não há ainda condições que permitam indicar o tipo de cultura que deve ser feito nas propriedades. O que se pode é saber em que medida as terras estão a ser aproveitadas.

O critério dos 500 ha é o critério possível neste momento. E será exequível dado o pequeno número de propriedades que abrange (1100).

Referiu dificuldades de aplicação de outros critérios, tais como não se poder determinar o investimento nas terras incultas, o nº de trabalhadores variar segundo a natureza das culturas, etc.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Quanto ao destino a dar às explorações, que na verdade não está referido, bastará introduzir o que consta do programa econômico.

O facto de não se fazer referência a apoios, resulta da nossa falta de meios financeiros, além de que as medidas punitivas se dirigem aos grandes proprietários.

O Ministro Magalhães Mota lembrou que já existe o diploma para o arrendamento compulsivo.

O Ministro da Coordenação Interterritorial também pensa que o problema se resolveria desde que a intervenção não fosse automática, mas determinada pelos próprios serviços à medida das suas possibilidades. Parece-lhe uma regra má deixar os princípios por falta de possibilidades.

O Ministro Álvaro Cunhal salientou que as explorações de mais de 500 ha, para as quais se exige o plano, devem abranger mais de meio milhão de hectares.

Para as terras abandonadas ou mal cultivadas há mais de três anos, não se exige plano, prevendo-se desde logo intervenção do Estado.

É obra de muito folego.

A sua realização terá de ser gradual.

Ora os termos do artº 1º podem dar ideia de uma grande pressa. Sugere, por isso, que se substitua a expressão "são obrigatoriamente exploradas" por "devem ser exploradas".

*Gabinete de Primeiro Ministro*

Quanto ao artº 9º, parece-lhe que é de manter e que é indispensável.

O Ministro Melo Antunes propôs que se encontrasse forma de por na lei claramente que competirá ao I.R.A. a escolha das propriedades onde irá fazer as suas intervenções.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente sugeriu que se baseasse a prioridade em determinadas áreas.

O Secretário de Estado da Justiça sugeriu que, para conciliar a generalização e a impossibilidade, se exigisse que em todas as propriedades com certa dimensão existisse um plano de exploração, sem dizer que tem de ser aprovado pelo I.R.A., e que o I.R.A. possa, quando entender, chamar a si o plano para o apreciar.

O Secretário de Estado da Agricultura disse que os elementos do plano permitem uma apreciação extremamente simples, que um técnico pode fazer em dois ou três dias, além de que os serviços locais têm indivíduos com terras que eles próprios cultivam.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro da Economia propõe que se abandone o caracter de aplicação universal e se conceda ao I.R.A. a possibilidade de exigir planos de exploração a determinadas explorações agrícolas; que neste diploma ou num decreto simples fique explícito o que se entende por plano de exploração; que se pense não só em grande propriedade mas em grande exploração agrícola, que julga não se poder definir apenas em termos de área fixa, além de que a correcção do critério permitirá abranger muitos mais casos do que os do Alentejo.

O Ministro Álvaro Cunhal tem medo de que à procura do óptimo se perca o bom e não se façam as sementeiras da primavera.

Há regiões onde, com o sistema previsto, é possível aproveitar grandes áreas de terras ainda este ano.

No que respeita a outros critérios de avaliação, o problema é muito complexo, exige estudo aprofundado e poderia ficar para outra fase, sem prejuizo de o estudo começar desde já.

Mas acha se deve publicar quanto antes este diploma.

O Ministro Melo Antunes concorda com a necessidade de por em prática um dispositivo que com rapidês permitir já este ano muitas terras cultivadas, mas pensa que se pode melhorar desde já, não obstante, a intervenção do Estado nesta matéria, e nem lhe parece que isso seja muito difícil.



*Gabinete do Primeiro Ministro*

A ideia era que este projecto estivesse em condições de ser aprovado já na próxima semana.

Quanto aos critérios, seriam cumulativos - 500 ha, ou rendimento bruto, ou número de trabalhadores.

O Ministro Álvaro Cunhal acha que abolir os 500 ha poderia prejudicar o processo.

O Ministro da Economia referiu que, para as terras subaproveitadas, há o decreto-lei nº 653/74 e o decreto-lei nº 660/74 que já foi utilizado.

## Fundação Cuidar o Futuro

O Secretário de Estado da Agricultura teme a introdução de outros critérios sem a necessária clareza.

O Ministro da Coordenação Interterritorial acha pertinente a ideia do Secretário de Estado da Justiça.

A Ministra dos Assuntos Sociais tem informação de que os serviços da Secretaria de Estado da Agricultura têm uma implantação regional real.

O Ministro Magalhães Mota salientou ainda que será conveniente prever já neste diploma como vai ser o processo de expropriação.

O diploma voltará reformulado, tendo em conta os resultados desta discussão.

6. Revisão do Plano Econômico1.a medida de emergência

O Ministro Melo Antunes pôs o problema da revisão da 1.a medida de emergência do plano econômico - congelamento de preços e salários, que se impõe dada a necessidade, reconhecida em reunião com os Secretários de Estado do Ministério da Economia, de aumentar o preço de alguns produtos.

O simples aumento do preço do açúcar poderia levar ao aumento de produtos que levam açúcar - designadamente a " bica " , bolos, refrigerantes, etc.

Chegou-se porém, à conclusão de que, se se decidir tornar livre o preço dos bolos e sanduiches, não haverá necessidade de aumentar o preço da bica , embora continue sujeito a decisão governamental.

Não haverá também necessidade de aumentar o preço de outros produtos nos quais foi autorizado incorporar sucedâneos do açúcar.

Quanto ao bacalhau, há problemas de trabalho entre armadores e pescadores, ameaças de paralização da frota no mar e de não saída de outros barcos para mar, derivados em parte da maneira como tem sido feita a distribuição do produto, mas que estão em vias de solução.



Problema muito grave é o problema do leite, com pressões de milhares de produtores e muitos factores a considerar.

Vai-se entrar num período em que o aumento do produto compensará as perdas que os pequenos produtores agora têm. Mas as suas dificuldades só ficarão resolvidas quando se puderem implantar sistemas colectivos. Vai acabar-se com a importação do leite. Passará a vir leite de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo. Prevê-se para o preço ao consumidor a subida de 1\$40.

Quanto à electricidade, o aumento já tinha sido aprovado para fins de Fevereiro, princípios de Março. É inevitável, pois a CPE não pode funcionar numa situação deficitária.

A maior parte da população do País não é afectada pelo aumento da electricidade, pois não se altera o 1º escalão; aumenta-se o último, que só afecta os grandes consumidores.

Outro produto é o gás-butano, que só será aumentado na distribuição ao domicílio. Nas lojas há até uma pequena redução.

Quanto a salários, o grupo pensou que a medida que devia compensar esta situação seria, não a que estava prevista, mas, tendo em conta a necessidade de normalizar a situação reivindicativa que se tem vindo a estabelecer nas empresas, o congelamento dos salários negociados há menos de seis meses por um período de seis meses, com excepções tais como o aumento dos professores e do pessoal da CP.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro do Trabalho disse que há um compromisso assumido com os bancários, constante de uma resolução do Conselho de Ministros, no sentido de correções a introduzir.

O Ministro das Finanças julga que o Secretário de Estado do Tesouro não está de acordo com os resultados das negociações.

O Ministro da Educação e Cultura lembrou que o açúcar entra em grande percentagem em produtos farmacêuticos, que não sabe se foram considerados.

O Ministro Álvaro Cunhal tem sido informado que existe uma situação tensa com tendência a agravar-se em resultado dos aumentos anteriores, com deslocação da luta para formas mais agudas.

Pensa que com estes aumentos e congelamento de salários o País podia paralisar totalmente.

Quanto aos bancários, parece-lhe, que o mais difícil é o problema da não identificação entre a banca do sector do Estado e a banca privada.

Quanto aos metalúrgicos, a situação também está muito tensa.

Tem medo<sup>d</sup> que o esquema proposto possa causar grandes perturbações.



*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro Melo Antunes disse que o ano é o limite máximo. O caso dos metalúrgicos não está abrangido, visto que a contratação data de Maio.

Os preços dos outros produtos não foram referidos mas podem ter de se aumentar alguns dentro dos próximos meses, é o caso das tarifas da CP.

Quanto ao bacalhau e leite, pensa que poderá haver estabilização.

Quanto ao açúcar, a população tem de compreender que não temos meios de evitar o aumento.

O Ministro Magalhães Mota pensa que a medida proposta tem mais inconvenientes que vantagens.

A medida antes proposta tinha vantagens económicas e políticas.

Nenhuma delas está contemplada na nova proposta. Parece-lhe preferível o congelamento de preços e salários por três meses, admitindo quanto a salários excepções devidamente explicadas e dizendo-se, quanto a preços, que os aumentos são aqueles taxativamente, não se alterando mais preços durante três meses.

Em relação aos produtos postos na lista, tem objecções quanto ao bacalhau, pois acha que não vale a pena informar do aumento, tanto mais que se trata de uma reclassificação.

Quanto ao leite, acha o aumento excessivo.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros pensa que a presente proposta é inoportuna politicamente, por que não há uma espécie de compensação dada aos trabalhadores.

Prefere o sistema proposto na última reunião - três meses tanto para preços como para salários.

Quanto aos aumentos destes produtos, correspondem a uma realidade, e lhes favorável como foram aprovados pelos responsáveis. Tem é que se encontrar uma forma conveniente para a sua apresentação.

O Ministro do Trabalho teme aumento de preços e congelamento de preços e salários, dado que existem grandes tensões políticas neste momento a nível de relações de trabalho e pensa que tais medidas serão altamente exploradas, pois se vai julgar que se pretende travar negociações.

Seguiu-se um debate no qual intervieram os Ministros Melo Antunes, Álvaro Cunhal e das Finanças, e em que foram consideradas as normas aprovadas para a contratação colectiva.

O Ministro Melo Antunes pensa que, em face da possibilidade de as tensões se agravarem, o melhor é não haver congelamentos, procurando-se, no entanto, conter o mais possível o aumento dos preços, e haver diligências do Ministério do Trabalho e dos partidos políticos no sentido de conter as reivindicações salariais, sem prejuízo de ir para o congelamento de preços e salários mais tarde.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro das Finanças também acha preferível cortar a medida nº 1 do plano e aumentar os preços, e quanto aos salários, deixar a decisão para momento mais oportuno.

O Ministro Álvaro Cunhal acha que o aumento de 1\$40, uma vez que é para satisfação do produtor de leite, deve ser apresentado como medida política da Secretaria de Estado da Agricultura.

Quanto ao bacalhau, se aparece a 60\$00, traduz-se mais num abaixamento do que num aumento.

Também acha preferível não haver agora uma blocagem. Para os partidos é muito difícil travar nas empresas o processo reivindicativo.

O Conselho aprovou que a medida relativa a congelamento de preços e salários fosse suprimida do plano.

O Ministro Melo Antunes referiu ainda que durante os próximos meses pode haver aumentos de preços resultantes dos aumentos salariais, como no caso da C.P.

O Primeiro Ministro disse que o Ministro da Economia tem feito esforços no sentido de substituir os intermediários.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Pensa que o plano não é afectado se se tomarem estas medidas.

O Ministro Álvaro Cunhal salientou a necessidade de coordenação geral da economia nacional.

O Ministro da Economia expôs a esse respeito várias ordens de dificuldades.

DEPOIS DA ORDEM DO DIA

Fundação Cuidar o Futuro

1 . Problema da droga

O Ministro da Educação e Cultura referiu-se à situação do ensino secundário, na qual está a influir o problema do uso da droga.

Revelou vários documentos relacionados com este problema.

Propôs que se atacasse o problema da droga, através da polícia judiciária, com colaboração dos outros órgãos policiais, designadamente a Guarda Fiscal, e contributo da parte da Saúde.



*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros propôs que se estudassem as causas do fenómeno, se procedesse pedagogicamente junto da juventude e se contactassem países com experiência na matéria, no sentido de preparar soluções.

O Ministro Álvaro Cunhal também acha que se tente uma troca de impressões entre pessoas especializadas - médicos, educadores, psicólogos, etc.

2. Problemas do Ministério da Educação e Cultura

O Ministro da Educação e Cultura disse ainda que, no fim do ano, os estudantes vão querer novamente passagens administrativas, que não tenciona aceitar, o que certamente levantará problemas.

O diploma relativo à gestão do ensino superior vai entrar em vigor e parece que há intenção de não o cumprirem.

O serviço cívico vai arrancar. Pede que nos Ministérios se preparem grupos para o apoiar quanto a enquadramento nos postos de trabalho.

É preciso que se possa fazer um estudo aprofundado da situação do ensino para que se tomem as posições adequadas.



3. Diploma que reestrutura alguns serviços e extingue outros no Ministério da Coordenação Interterritorial

O Ministro da Coordenação Interterritorial pediu que fosse assinado o diploma em epígrafe, que já circulou várias vezes, visto que foram tomadas em conta todas as objecções formuladas menos uma que o Ministro da Administração Interna retirou. O Conselho concordou.

4. Diploma sobre recrutamento para lugares de chefia e remuneração dos representantes nos conselhos consultivos dos serviços do M.E.S.A.

O Ministro da Administração Interna salientou os inconvenientes da disposição genérica em que se previa a criação, por portaria, de determinados lugares em Direcções-Gerais ou organismos equiparados (nº 2 do artº 2º), propondo a sua substituição pela especificação dos lugares concretamente criados.

O Conselho aprovou o diploma com supressão do nº 2 na qual o Ministro do Equipamento Social e do Ambiente não viu inconveniente.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

5. Resolução sobre concessão de um crédito à Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente apresentou uma proposta de resolução para a concessão de um crédito até 200 000 000\$00 através das instituições de crédito do Estado, em complemento da decisão do Conselho de 7 do corrente, que determinou a nomeação de uma comissão administrativa para a mesma Companhia.

Com alteração introduzida pelo Ministro das Finanças, a proposta do Ministro do Equipamento Social e do Ambiente foi aprovada.

## Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro Álvaro Cunhal referiu mais uma vez os escândalos financeiros que a todos os níveis se têm verificado na CTM, o que o Ministro das Finanças confirmou.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente informou que há uma comissão de inquérito nomeada para os averiguar.

6. Nomeação de Gonçalo Maria Belo Rebelo de Andrade para Administrador por parte do Estado na Empresa de Viação Terceirense.

z

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente informou o Conselho de que, na sequência de deliberação do Con-



*Subsedi do Primeiro Ministro*

selho de Ministros de 17/12/74, sobre a intervenção do Estado na empresa em referência, foi necessário proceder à nomeação de um Administrador por parte do Estado junto da mesma empresa,

O Conselho homologou a nomeação para esse cargo do Dr. Gonçalo Rebelo Andrade.

7. Autorização para concessão de aval do Estado a um empréstimo de 5 000 contos a contrair na Caixa Geral de Depósitos pela firma Simões Dias e C.a Lda

O Ministro das Finanças informou o Conselho de que, por despacho de 10 do corrente, concedeu a referida autorização, de acordo com o deliberado em Conselho de Ministros de 7/2/75.

O Conselho homologou a autorização.

8. Aumento do preço do açúcar

O Ministro das Finanças perguntou se podia anunciar o aumento do açúcar na próxima segunda-feira.

O Ministro da Economia informou que os outros aumentos não podem ser anunciados na segunda-feira e acha que devem sê-lo todos ao mesmo tempo.



*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros também acha, de acordo com a experiência dos outros países, que é melhor esperar uma semana para anunciar os aumentos conjuntamente.

O Ministro Álvaro Cunhal tem dúvidas <sup>sobre</sup> se essa será a melhor solução.

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros pensa que sim, mas que deve estar preparada uma campanha de explicação.

## Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro das Finanças esperará uma semana.

O Ministro Álvaro Cunhal reafirmou que não vê o lei te incluído nos aumentos de preço.

O Conselho concordou que o anúncio seja feito em bloco.

9. Diploma que introduz várias alterações à lei eleitoral (decretos-leis nº 621-A/74 e 621-C/74)



O Ministro da Administração Interna informou tratar-se de pormenorizações de execução da lei eleitoral, feitas em face de objecções levantadas pelos Governadores Civis e com objectivos de aperfeiçoamento.

O diploma foi aprovado pelo Conselho.

10.

Resolução sobre prova de capacidade eleitoral dos candidatos a deputados à Assembleia Constituinte

A resolução foi aprovada.

O Ministro Álvaro Cunhal referiu a propósito que o número de emigrantes inscritos é muito baixo.

O Ministro da Coordenação Interterritorial informou que o Conselho de Estado alterou o número de deputados, para um por cada vinte e cinco mil com o mínimo de um.

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros disse ter havido problemas complexos, com tomadas de posição de países que impediram o cumprimento da Lei.



Hã 15 000 inscritos em todos os países. Haverã um deputado para todos.

11. O Século

O Ministro Vitor Alves informou o Conselho de problema de "O Século" e das medidas que possivelmente terá de tomar para o resolver.

## Fundação Cuidar o Futuro

12. Transporte de refugiados da África do Sul

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, respondendo ao Ministro Melo Antunes, quanto ao transporte dos refugiados na África do Sul, informou que tem um avião TAP fretado para a próxima semana, que o Ministro da Coordenação Interterritorial dispõe de verba necessária; e pediu à Ministra dos Assuntos Sociais que ajudasse à recepção.

13. Congresso sobre informática

O Ministro da Administração Interna informou que os seus serviços consideram não haver interesse na realização do Congresso de informática, para o qual fora desencadeado um processo.

Pedi ao Ministério dos Negócios Estrangeiros que comunicasse aos interessados espanhóis que o congresso não se realizará.

14. Comissão Instaladora da Assembleia Constituinte

O Ministro Magalhães Mota pediu que lhe fosse enviada até quarta-feira qualquer objecção à proposta relativa ao ponto em epígrafe, que será apreciada na próxima reunião.

Outro ponto a tratar rapidamente é o problema dos serviços sociais e subsídios de refeição.